

Ata da 12ª Reunião Ordinária de 2024 do Comitê de Governança e Coordenação do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário - SIAUD-Jud

1. Identificação da reunião

Data da reunião	Horário	Local	Presidência
20/08/2024	15h – 16h	Cisco Webex	Lino Comelli (assessor-chefe da Secretaria de Auditoria do CNJ)

2. Apreciação dos itens pautados

Item	Descrição Resumida
1	<p>Posse aos novos membros do Comitê Relator: Lino Comelli (CNJ)</p> <p>Inicialmente, o assessor-chefe da Secretaria de Auditoria, em nome do Presidente do Comitê do SIAUD-Jud, deu as boas-vindas aos novos membros do Comitê, momento em que lhes deu posse. Nesse momento foi solicitada a assinatura dos Termos de Posse, a serem enviados por e-mail, por todos os membros, ainda nesta data.</p> <p>Na sequência, a Coordenadora da COSI, Andrea Sobral, fez uma breve exposição sobre tópicos referentes ao Comitê, como: composição, atribuições dos membros, deliberações, proposições, reuniões e Regimento Interno.</p>
2	<p>Apresentação dos resultados do Grupo de Trabalho do PQ-AUD</p> <p>Daniel Martins Ferreira (CJF), integrante do Grupo de Trabalho do PQ AUD, apresentou brevemente o objetivo do grupo, que consistiu em apresentar um diagnóstico da situação dos programas de qualidade de auditoria do Poder Judiciário, bem como desenvolver propostas para acompanhamento e aperfeiçoamento. O GT propôs a criação de uma rede colaborativa destinada à realização de avaliações mútuas entre as auditorias interessadas. Adicionalmente, essa rede poderá ser responsável em promover capacitação do pessoal para fins de autoavaliação e avaliação externa, com o objetivo de formar uma equipe qualificada capaz de multiplicar o conhecimento.</p> <p>Foi sugerida a criação de um grupo de trabalho permanente, com reportes regulares ao Comitê. Também foi discutido e avaliado um prazo de revalidação de cinco anos, com o objetivo de manter o nível de maturidade atingido nas avaliações.</p> <p>Wellington Corrêa sugeriu que, além dos representantes no grupo/rede mencionados, toda a auditoria fosse envolvida, para que o conhecimento não se limitasse apenas aos servidores diretamente integrados ao grupo. Em resposta, o senhor Daniel Martins Ferreira afirmou que não vê prejuízo em não envolver toda a auditoria, pois o</p>

	<p>trabalho é extenso e requer uma capacitação especializada dos servidores que participarão da rede.</p> <p>Lino Comelli ponderou que, devido ao pequeno número de tribunais atualmente capacitados, ainda considera prematuro iniciar o projeto. Ele ressaltou que o CNJ, em contato com o DICON, aguarda a formação de um grupo de estudos para tratativas de implementação do modelo de capacitação do IACM no órgão. Informou ainda que o CNJ não definiu uma estratégia sólida para orientar o procedimento para referida validação. Além disso, há questões pendentes que precisam ser resolvidas antes de uma decisão definitiva.</p> <p>Daniel Martins Ferreira informou que, nos contatos que fez com a Controladoria-Geral da União (CGU), entende que a formação da rede deve começar, mesmo que ainda não haja órgãos com maturidade suficiente para validação. Ele mencionou que o processo de validação da própria CGU seguiu uma trajetória similar e que ambas as iniciativas podem coexistir e avançar simultaneamente, sem a necessidade de uma ser concluída antes do início da outra. Ele também mencionou que não se opõe a tomar a decisão posteriormente, quando todos os membros do grupo estiverem alinhados.</p> <p>Diocésio Sant’anna, convidado a participar da reunião, em razão do conhecimento sobre o tema, pediu a palavra para acrescentar que considera essencial o início da formação da rede, pois, enquanto uma rede de parceiros não for estabelecida, o projeto ficará paralisado, como ocorreu com o CONACI. Ele sugeriu a realização de uma reunião extraordinária para definir a estratégia de implementação do grupo/rede de parceiros.</p> <p>O assessor-chefe da SAU, Lino Comelli, concordou com a opinião do Diocésio e enfatizou a importância de considerar os avanços e a experiência de outros grupos que desenvolveram e implementaram o modelo IACM de maturidade.</p> <p>O dirigente do STM, Rogers Gonçalves, mencionou a situação do STM e a visita realizada ao STJ, reforçando a necessidade de agendar uma reunião específica para tratar do tema.</p> <p>Por fim, Lino encerrou a reunião, informando que, em breve, será designada nova data para a retomada do assunto. Ele também deu as boas-vindas aos novos integrantes e agradeceu a participação dos membros que concluíram seus mandatos neste ano.</p>
--	--

3. Presentes

Nome	Órgão	Membro Titular
Lino Comelli Júnior	CNJ	Não
Diocésio Sant’anna	STJ	Não
Carlos Ramon	TSE	Sim
Rogers Gonçalves Velloso de Assis	STM	Sim

Daniel Martins Ferreira	CJF	Sim
Luiz Cláudio	TST	Sim
Rilson Ramos de Lima	CSJT	Sim
Patrícia Ribeiro	TRF3	Sim
Wagner Azevedo da Silva	TRT10	Sim
Mauricio Borba	TRT5	Sim
Hillene de Cássia Sbalqueiro Silva Meira	TRE-PR	Sim
Adail Vilela de Almeida	TRE-SE	Sim
Elaine de Assis	TJRR	Não
Rejane Assis Lima da Fonseca	TRE-RO	Não
Daniela Lucas Ribeiro de Ávila	TJDFT	Não
Rodrigo Roesler	TJAC	Sim
Denise Salvadori Virti	TJRS	Sim
Wellington Corrêa	TJMT	Sim
Augusto Mendonça Conceição	TJSE	Sim
Maria Cristina Monteiro Ribeiro Cheib	TJMG	Sim
Catiúscia Abreu	TREBA	Não
Andrea Sobral de Barros	CNJ	apoio